

A Contradição do Relativismo

Frithjof Schuon

O relativismo reduz todo elemento de absolutez à relatividade, fazendo uma exceção totalmente ilógica com esta própria redução. Ele consiste, em suma, em declarar que é verdadeiro que não existe verdade, ou que é absolutamente verdadeiro que só existe o relativamente verdadeiro; o mesmo valeria dizer que não existe linguagem, ou escrever que não existe escrita. Ou seja: toda ideia se vê reduzida a uma relatividade quer psicológica, quer histórica, quer social; a asserção se anula pelo fato de que ela se apresenta a si mesma como uma relatividade psicológica, histórica ou social, e assim por diante. A asserção se anula, se é verdadeira, e, em se anulando logicamente, prova que é falsa; sua absurdade inicial é a pretensão implícita de só ela escapar, como por encanto, de uma relatividade declarada como única possibilidade.

O axioma do relativismo é que “não se pode nunca sair da subjetividade humana”; neste caso, esta asserção não tem nenhum valor de objetividade, ela cai sob seu próprio veredito. É por demais evidente que o homem pode perfeitamente sair da subjetividade, sem o que ele não seria homem; e a prova disso é que podemos conceber essa subjetividade e sua superação. Para o homem totalmente encerrado em sua subjetividade, esta não seria nem mesmo concebível; o animal vive sua subjetividade, mas não a concebe, pois não tem, como o homem, o dom da objetividade.

O relativismo social não perguntará se é verdade que dois e dois são quatro, ele perguntará de que meio vem aquele que faz tal afirmação; sempre sem se dar conta de que, se o meio determina o pensamento e tem primazia em relação à verdade, ele o faz em todos os casos, ou seja, todo meio determina o pensamento e todo pensamento é determinado por um meio. Se nos objetassem que um certo meio particular favorece a percepção da verdade, poderíamos facilmente devolver o argumento referindo-nos a uma outra hierarquia de valores, o que prova que o dito argumento não é

senão uma petição de princípio ou, no melhor dos casos, um cálculo de probabilidade sem nenhum alcance concreto. E o mesmo vale para o relativismo histórico: a partir do momento em que todo pensamento humano ocorre necessariamente num momento dado – não quanto ao conteúdo, mas quanto ao processo mental –, todo pensamento só teria um valor relativo, ele seria “obsoleto” e “superado” desde o seu nascimento; então, já não valeria a pena pensar, pois o homem não pode escapar à duração.

De resto, o objeto ou a preocupação do relativismo não é sempre a verdade como tal, ele pode ser não importa qual expressão ou modalidade desta, particularmente os valores morais ou estéticos; pode-se reduzir toda retidão a um fator contingente e mais ou menos insignificante e abrir assim a porta a todas as assimilações abusivas, a todas as degradações e a todas as imposturas. O relativismo aplicado aos fatos tradicionais é acima de tudo o erro de confundir elementos estáticos com elementos dinâmicos: fala-se de “épocas” ou de “estilos” e esquece-se que o de que se trata é a manifestação de dados objetivos e estáveis, portanto definitivos à sua maneira. No crescimento de uma árvore, determinada fase corresponde evidentemente a determinado momento da duração; o que não impede que o tronco seja o tronco, que os ramos sejam os ramos e os frutos, os frutos; o tronco de uma macieira não é senão um momento em relação à maçã, esta não é senão um outro momento em relação ao tronco e ao ramo. A época dita “gótica” tinha, por sua própria natureza, o direito de sobreviver, no setor que é o seu, até o final dos tempos, pois os dados étnicos que a determinaram não mudaram e não podem mudar, a menos que a Cristandade latino-germânica se torne mongol; a civilização gótica, ou romano-gótica, não foi superada pela “evolução”, ela não deixou de ser transmutando-se, ela foi assassinada por uma força extra-cristã, o neopaganismo do Renascimento. Seja como for, um dos traços marcantes do século XX é a confusão tornada habitual entre a evolução e a degeneração: não há nenhuma degeneração, nenhuma diminuição, nenhuma falsificação que não seja desculpada com a ajuda do argumento relativista de “evolução”, reforçando-o com as assimilações mais abusivas e mais errôneas. É assim que o relativismo, habilidosamente infundido na opinião pública, por um

lado abre a porta a todas as corrupções e por outro lado cuida para que nenhuma reação sã possa frear este deslizamento para baixo.

Enquanto os erros que tendem a negar a inteligência objetiva e intrínseca se destroem a si mesmos postulando uma tese que é desmentida pela própria existência do postulado, o fato de que há erros não prova uma falibilidade inevitável da inteligência; pois o erro não deriva da inteligência como tal, ele é, ao contrário, um fenômeno privativo que faz a atividade da inteligência se desviar, em função de um elemento de paixão ou de cegueira, sem poder abalar a própria natureza da faculdade cognitiva.

Um exemplo patente da contradição clássica de que se trata aqui, e que caracteriza em grande parte todo o pensamento moderno, nos é fornecido pelo existencialismo, o qual postula uma definição do mundo que é impossível se ele próprio é possível, pois das duas, uma: ou o conhecimento objetivo, portanto absoluto em seu gênero, é possível, e então ele prova que o existencialismo é falso; ou o existencialismo é verdadeiro, mas então sua promulgação é impossível, pois não há no universo existencialista nenhum lugar para uma intelecção objetiva e estável.

* * *

Se tudo o que é humano sob um aspecto qualquer tem razões puramente psicológicas, pode-se e deve-se explicar tudo por meio da psicologia, de onde a “psicologia das religiões” e a crítica pretendidamente psicológica dos textos; em todos os casos desse gênero, assistimos a especulações no vazio, na ausência dos dados objetivos indispensáveis, mas inacessíveis aos métodos de investigação arbitrariamente definidos como normais, ou abusivamente estendidos a todo saber possível.

No terreno escorregadio do psicologismo, a lógica do criticismo kantiano fica em suma “superada”, ou seja, a “crítica” assume aqui, habitualmente, o caráter de uma “análise”, o que é sintomático, pois a noção de “crítica” é sem dúvida ainda muito intelectual para convir a esses demolidores que os psicólogos querem ser, eles

que, de resto, reduzem de bom grado a metafísica ou mesmo a simples lógica a questões de gramática. Quer-se tudo “analisar” de uma maneira quase física ou química, e analisar-se-ia mesmo Deus, se fosse possível; isto é feito, aliás, indiretamente, quando se critica a noção de Deus ou as concomitâncias mentais e morais dessa noção, ou as expressões – totalmente fora de alcance – da verdadeira intelecção.

Se o freudismo afirma que a racionalidade não é senão uma camuflagem hipócrita de uma animalidade reprimida, essa afirmação – evidentemente racional – cai sob o mesmo veredito; o freudismo, se tivesse razão, seria ele próprio tão-somente uma desnaturação simbolizante de instintos físico-psíquicos. Sem dúvida, os psicanalistas dirão que em seu caso o raciocínio não é função de repressões inconfessadas; mas não vemos nem um pouco, em primeiro, em virtude de que essa exceção seria admissível com base em sua própria doutrina, e, em segundo, por que essa lei de exceção só atuaria em seu favor, e não em favor das doutrinas espirituais, que eles rejeitam com ódio e com uma revoltante falta de senso das proporções. No mais, nada é mais absurdo do que um homem se erigindo em acusador, não de um acidente psicológico qualquer, mas do homem como tal; de onde vem então esse semideus que acusa, e de onde vem sua faculdade de acusar? Se o acusador tem razão, é que o homem não é tão mau assim e há nele uma capacidade de adequação; se não, seria preciso admitir que os protagonistas da psicanálise sejam deuses caídos imprevisivelmente do céu, algo para o que não se vê sombra de verossimilhança, para dizer o mínimo.

A psicanálise em primeiro lugar elimina os fatores transcendentais essenciais ao homem e depois substitui os complexos de inferioridade ou de frustração por complexos de vida fácil e de egoísmo; ela permite pecar calmamente, sentindo-se seguro, e se danar com serenidade. Como todas as filosofias de demolição – a de Nietzsche, por exemplo –, o freudismo atribui um alcance absoluto a uma situação relativa; como todo pensamento moderno, ele só sabe cair de um extremo a outro, incapaz como é de se dar conta de que a verdade – e a solução – se encontra na natureza mais profunda do

homem, da qual as religiões e as sabedorias tradicionais são, precisamente, os porta-vozes, as conservadoras e as garantias.

Na prática, a mentalidade criada e difundida pela psicanálise consiste em recusar o diálogo lógico ou intelectual – o único digno de seres humanos – e a responder com o viés de conjecturas insolentes; já não se procura saber se o interlocutor tem razão ou não, pergunta-se quem eram seus pais ou qual é sua pressão sanguínea – para nos limitarmos a exemplos simbólicos e ainda bastante anódinos –, como se tais argumentos não pudessem ser aplicados de volta contra seus autores, ou como se, mudando mesmo de argumentos, não fosse fácil responder a uma análise com outra análise. Os pseudo-critérios da análise são de preferência fisiológicos ou sociológicos, em conformidade com a mania da época; não seria difícil encontrar contra-critérios e fazer a análise séria da análise imaginária.

Se o homem é um hipócrita, das duas, uma: ou ele o é fundamentalmente, e então nenhum homem pode constatar isso sem sair milagrosamente, ou divinamente, da natureza humana; ou o homem só é acidental e relativamente hipócrita, e então seria inútil esperar a psicanálise para se dar conta disso, pois então a saúde está mais fundamentalmente na natureza do homem que a doença, e, por esse fato, houve sempre homens que se deram conta do mal e conheceram o remédio. Ou ainda: se o homem está profundamente doente, não se vê por que só a psicanálise teria podido se dar conta disso e por que só sua explicação, totalmente arbitrária e de fato mesmo essencialmente perversa, seria a correta; pode-se, evidentemente, pôr este fato na conta da “evolução”, mas nesse caso é preciso ser cego para as qualidades de nossos ancestrais e para os vícios de nossos contemporâneos, sem falar da impossibilidade que há em demonstrar – ou da absurdez que há em admitir – a possibilidade de uma súbita objetividade intelectual e moral num desdobramento puramente biológico e quantitativo.

Pois se um desenvolvimento natural resulta finalmente numa inteligência reflexiva, a uma tomada de consciência que percebe o desenvolvimento enquanto tal, essa resultante será uma realidade que sai totalmente do domínio dessa evolução, de modo que não haverá mais nenhuma medida comum entre a tomada de consciência

e o movimento totalmente contingente que a precedeu e que, por esse fato mesmo, não podia em nenhum caso ser a causa da consciência de que se trata. Este argumento é, aliás, a própria negação do evolucionismo transformista, portanto de toda noção de um “homem-elo” ou de um “homem-acaso”, e, por consequência, de toda mística de matéria geradora, de biosfera, de noosfera, de “ponto ômega”¹. O homem é o que ele é, ou ele não é; a capacidade de objetividade e de absolutez do pensamento prova o caráter quase absoluto, ou seja, fixo e insubstituível, da criatura que pensa; é o que indicam as palavras escriturárias: “Feito à imagem de Deus”.

Essa capacidade de objetividade e de absolutez é a refutação antecipada e existencial das ideologias da dúvida: se o homem pode duvidar, é porque ele tem a certeza; e a própria noção de ilusão prova que o homem tem acesso à realidade. Em função disso, há necessariamente homens que conhecem a realidade e por esse fato têm a certeza; e os grandes porta-vozes desse conhecimento e dessa certeza são necessariamente os melhores homens. Mas, se a verdade estivesse do lado da dúvida, então o indivíduo que duvidasse seria superior não somente a esses porta-vozes, que não duvidaram, mas também à maioria dos homens normais através dos milênios da existência humana. Se a dúvida fosse conforme ao real, a inteligência humana seria desprovida de razão suficiente, e o homem seria menos que um animal, pois a inteligência animal não duvida do real ao qual ela é proporcional.

* * *

¹ O evolucionismo transformista, repitâmo-lo ainda uma vez, não é senão o sucedâneo materialista do conceito antigo da “materialização” solidificante e segmentante de uma substância primordial sutil e suprasensorial, na qual estavam prefiguradas todas as possibilidades do mundo *a posteriori* material; a resposta ao evolucionismo é a doutrina dos arquétipos e das “ideias”, estas do domínio do Ser puro – ou do Intelecto divino – e aqueles do da substância primordial na qual os arquétipos “se encarnam” por uma espécie de reverberação.

Toda ciência da alma deveria ser uma ciência das diversas ordens de limitação ou de carência; ora, há aí quatro ordens essenciais a considerar, a saber, o universal, o geral, o individual e o acidental.

Isto quer dizer que há, em todo homem, uma limitação ou “fraqueza” universal pelo fato de que ele é criatura e não Criador, manifestação e não Princípio ou Ser; depois, uma limitação ou “fraqueza” geral pelo fato de que ele é um homem terrestre e não um anjo nem um bem-aventurado; a seguir uma fraqueza individual pelo fato de que ele é ele próprio e não os outros; e por fim uma fraqueza acidental pelo fato de que ele está abaixo de si mesmo, a menos que seja perfeito.

Não há ciência da alma sem base metafísica e sem remédios espirituais.

* * *

O pensamento do tipo psicologista queima sempre as etapas, ele se quer dinâmico e eficaz antes de ser verdadeiro, solução ou remédio antes de ser constatação; além disso, ele raciocina habitualmente de viés, a fim de escapar a sua responsabilidade intelectual. Imaginemos que alguém diga que todo homem tem de morrer, e que lhe respondam que isso não é verdade, pois nos torna melancólicos, ou fatalistas, ou desesperados; é assim, no entanto, que raciocina habitualmente o homem “de nosso tempo”: suas objeções contra as verdades que lhe são desagradáveis estão sempre fora da questão, são sempre desvios e confusões de planos. Àquele que alerta para um incêndio, nega-se o direito de dar o alerta se ele não sabe como extinguí-lo; e, se alguém admite que dois mais dois são quatro e isso perturba determinadas ideias preconcebidas ou certos interesses, dirão que esse cálculo denota, não a capacidade de contar, mas um complexo de exatidão contraído sem dúvida por um apego excessivo ao “passado”, e assim por diante: metáforas que só são caricaturais por sua simplicidade ou sua franqueza, pois a realidade frequentemente não fica em nada atrás de nossas simplificações. A psicanálise conseguiu perverter a inteligência,

dando origem a um “complexo psicanalítico” que tudo corrompe; se é possível negar o absoluto de muitas maneiras, o relativismo psicologista e existencialista o nega na própria inteligência: esta se faz na prática um deus, mas às custas de tudo o que constitui sua natureza própria, seu valor, sua eficácia; ela se torna “adulta” em se destruindo.

Há um relativismo moral que é propriamente odioso: se dizeis que Deus e o além são reais, é porque sois fracos, ou desonestos, ou infantis, ou vergonhosamente anormais; se dizeis que a religião não é mais que enganação, é que sois corajosos, honestos, sinceros, adultos, totalmente normais. Se tudo isso fosse verdadeiro, o homem não seria nada, ele não seria capaz nem de veracidade, nem de heroísmo; e nem mesmo haveria alguém para o constatar, pois não se extrai um herói de um fraco, nem um sábio de um pobre de espírito, mesmo que seja por “evolução”. Mas esse viés moralista, ignobil ou simplesmente tolo, conforme o caso, não é realmente novo: antes de ser aplicado às posições intelectuais, ele já era usado para desacreditar a vida contemplativa, qualificada, ela, de “fuga”, como se o homem não tivesse o direito de fugir diante dos perigos que só dissessem respeito a ele, e, sobretudo, como se a vida contemplativa e separada do mundo não fosse bem mais uma peregrinação rumo a Deus; fugir de Deus, como fazem os mundanos, é muito mais insensato e irresponsável que fugir do mundo. A fuga de Deus é ao mesmo tempo uma fuga de si mesmo, pois o homem, quando está só com si – e isto mesmo que em meio a outros – está sempre com seu Criador, ele o encontra em sua própria raiz.

Totalmente na linha do psicologismo invasor e simplificador está a ideia preconcebida de reduzir as atitudes religiosas a reflexos de temor e de servilidade, portanto ao infantilismo e à baixeza; seria preciso antes de tudo provar que os temores religiosos são realmente infundados, depois procurar compreender o verdadeiro sentido e as consequências interiores das atitudes devocionais². Diremos, em primeiro lugar, que não é um aviltamento humilhar-se

² Nesta associação de ideias entre a infância e o temor, esquece-se, de resto, que há temores que são próprios da idade adulta; ou, inversamente, que há ilusões de segurança que fazem parte à infância.

diante do Absoluto, e isso nem objetivamente, nem, por consequência, subjetivamente; depois, é importante responder à questão de saber “quem” se prosterna ou se humilha; não é, evidentemente, nosso núcleo transpessoal, sede misteriosa da Imanência divina. Na realidade, trata-se, para o ser relativo – a “criatura”, se se quer –, de tomar consciência de sua dependência ontológica em relação ao Ser Uno do qual ele deriva e que ele manifesta à sua maneira; essa tomada de consciência assume accidentalmente o caráter de uma humilhação em razão da decadência congênita do homem, mas, por isso mesmo, ela não é senão realista. É evidente que nossa personalidade deiforme e imortal comporta um aspecto de majestade – já muito visível na forma do corpo humano –, e as religiões são as primeiras a sublinhá-lo, o que, aliás, não lhes perdoam tanto quanto a atitude contrária; mas é também muito evidente que há algo no homem que merece a coerção e a diminuição. É impossível que o *ego*, tal como é em sua humana animalidade, esteja ao abrigo de toda censura celeste; o desequilíbrio e o fragmento devem contas ao Equilíbrio e à totalidade, e não inversamente. Ter consciência dessa situação é a primeira condição da dignidade humana, tão pouco compreendida nestes tempos em que a demagogia se tornou um “imperativo categórico” em todos os níveis do pensamento.

* * *

O relativismo engendra o espírito de revolta e é ao mesmo tempo o seu fruto. O espírito de revolta não é, como a santa cólera, um estado passageiro dirigido contra algum abuso terrestre; é, ao contrário, uma doença crônica dirigida contra o Céu e tudo o que o representa ou faz lembrar dele. Quando Lao-Tsé dizia que “no fim dos tempos o homem de bem parece vil”, ele tinha em vista esse espírito de revolta que caracteriza nosso século; ora, para o relativismo psicológico e existencialista, o qual, por definição, dá sempre razão ao ego bruto, esse espírito é a norma, é sua ausência que é a doença; de onde a abolição do senso do pecado. O senso do pecado é a consciência de um equilíbrio que supera nosso querer

pessoal e que, embora eventualmente nos fira, existe no fim das contas para o bem de nossa personalidade integral e da coletividade; esse senso do pecado é interdependente do senso do sagrado, o instinto daquilo que nos supera e que, por esse fato, não deve ser tocado com mãos ignorantes e iconoclastas.

Por certo, a ideia de que se possa merecer a danação “ferindo a majestade divina” só é aceitável com a condição quer de perceber de que se trata, quer de sabê-lo: a Divindade é impessoal antes de se determinar como Pessoa divina em relação à pessoa humana, e no plano da impessoalidade só há entre Deus e o homem uma relação ontológica e lógica de causa a efeito; não poderia ser o caso de “bondade” neste plano, pois a Realidade absoluta é o que é, e a pura causalidade não tem nada de especificamente moral. Mas é no plano da revelação como Pessoa divina que pode intervir a Misericórdia, a qual é o mais maravilhoso dos mistérios; é esta intervenção que mostra, precisamente, que o Absoluto não é uma força cega. É verdade que os homens, em sua preguiça de espírito e falta de imaginação, prescrevem habitualmente uma humildade tola, mas isso não é uma razão para crer que Deus o exija e que não seja possível manifestar inteligentemente nossa consciência da causalidade e do equilíbrio; Deus prefere, contudo, uma humildade tola a um orgulho inteligente, ou seja, nutrido de abuso de inteligência.

O homem tão inegavelmente limitado e degradado é a “prova pelo contrário” do Protótipo divino e de tudo o que este implica e determina em relação ao homem. Não admitir o que nos supera, não querer se superar a si mesmo: é esse, de fato, todo o programa do psicologismo, e é exatamente a descrição de Lúcifer. A atitude inversa, ou antes primordial e normativa, é: só pensar em função do que nos supera, e viver para se superar; buscar a grandeza onde ela está, e não no plano do indivíduo e de sua pequenez revoltada. Para encontrar a verdadeira grandeza, o homem deve antes de tudo consentir em pagar a dívida de sua pequenez e em ser pequeno, no plano em que ele não pode não o ser; o senso do objetivo, por um lado, e do absoluto, por outro, não existem sem uma certa abnegação, e é precisamente esta que nos permite sermos plenamente fieis à vocação humana.